De catador para CATADOR

Edição Nacional

Jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR)

Circulação Nacional - Ano III - número 1 - Outubro de 2009 - Setor de Comunicação do MNCR www.mncr.org.br

O Catador não pode pagar pela Crise

As estratégias capitalistas para que os catadores paguem pela atual crise financeira

Como começou a crise?

A crise financeira que estamos vivendo vai entrar no seu momento mais agudo neste ano de 2009, justamente quando se completam os 80 anos da crise financeira de 1929, que abalou o mundo capitalista e foi uma das causas da 2ª Guerra Mundial. Mas, o que mais nos assusta é o fato de ninguém saber exatamente como começou a crise.

O que costuma sair nos jornais e na televisão é que a crise começou no "mercado imobiliário" dos Estados Unidos, ou seja, pelas mãos de empresários ricos e influentes que, na verdade, aumentaram muito os preços dos imóveis financiados a trabalhadores que, com muito sacrifício, pagam as suas casas em prestações mensais. Em outras palavras, criaram dívidas para as pessoas com o valor muito maior que o valor real desses imóveis.

Catadores avulsos sofreram ainda mais com a queda no preço dos materiais

Com toda essa manipulação criminosa feita sobre os preços das coisas por meia dúzia de capitalistas, o que fica para nós, os catadores, refletirmos sobre isso? Esses vão pagar a reparação dos danos provocados pela crise que eles mesmos criaram e que se espalhou pelo mundo todo?

É um erro achar que os verdadeiros responsáveis pela crise sejam punidos, ou que paguem por ela. Tamanha injustiça acontece muito, porque os que deveriam fiscalizar e punir, ou seja, as chamadas autoridades de Estado, supostamente representantes do povo, são os mesmos que tomam café da manhã com os altos executivos.

Muito mais que isso, esse laço apertado entre o Estado e o capital faz com que os capitalistas consigam mais dinheiro através de empréstimos e descontos de impostos. Só para termos uma ideia, 80% das empresas que operam no Brasil faz parte dessa manipulação de valores econômicos. Os impostos que nós pagamos ao Governo é que financia essas empresas. Portanto, essas empresas estão jogando com nosso dinheiro e não sofrem nenhum tipo de fiscalização.

O que acontece é que os empresários nunca querem tirar dinheiro do bolso para fazer investimentos (aumentar a fábrica e comprar mais máquinas, por exemplo). Recorrem sempre aos empréstimos e crédito. Tudo para não diminuir sua margem de lucro. E da forma que os empresários gostam, o governo brasileiro está aumentando o crédito para as grandes empresas.

Como os catadores pagam pela crise dos capitalistas?

Os empresários e os seus assessores chamam os materiais recicláveis "commodities" (aparas de papel, a sucata de ferro e os plásticos). Ou seja, são mercadorias primárias que, possuem o seu preço cotado e negociado de forma global. Isso significa que os materiais que catamos, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações de preço que as indústrias praticam ao redor do mundo.

Entretanto, o que nós, os catadores, mais notamos foi que, o que era pago pelo nosso material diminuiu, e diminuiu muito. Isso afetou diretamente na nossa renda.

Mas como isso acontece? Vejamos o exemplo da sucata, que teve uma queda vertiginosa no seu preço: o preço despencou de 40% a 60%. Uma parte dessa queda se deve aos empresários que controlam a produção de ferrogusa, que é uma matéria prima virgem. Eles buscam melhorar as suas vendas, e para isso, reduzem os seus preços. Isso estimula as fundições e siderúrgicas a utilizarem mais ferrogusa e menos sucata, que é uma matéria prima reciclada. Dessa forma, se torna mais em conta para a indústria do ferro trabalhar com matérias primas virgens, retiradas diretamente da natureza, do que reciclar os materiais que são descartados pela sociedade.

O fato é que nós sentimos o reflexo direto dessa redução de preços, como é afirmado pelo diretor presidente da RFR, uma das empresas de processamento de sucata de ferro, Marcos Sérgio: "Essa queda se reflete mais rápido para o carrinheiro, porque é onde conseguimos repassar imediatamente a redução do preço".

Mas, ainda pior, é o fato de que eles procuram se unir ainda mais para repassar essa defasagem dessa cotação para os catadores. E assim nos fazerem pagar, e pagar caro, pela crise.

Essa união entre os capitalistas do setor da reciclagem de sucata é o que eles chamam de "verticalização". A verticalização das indústrias siderúrgicas ocorre por meio de aquisições de empresas sucateiras, ou seja, da compra de depósitos de atravessadores. Só para termos uma noção desde 2004, a Aços Villares sinalizou às empresas sucateiras da região de Guarulhos (SP) que precisaria de uma sucata de melhor qualidade para atender aos novos investimentos que a empresa, então controlada pelo grupo espanhol Sidenor, pretendia fazer. Isso pode ser chamado pelo nome de Cartel, ou seja, uma junção de empresas feita para controlar o mercado e combinar os preços.

Ao fazerem isso, eles conseguem explorar ainda mais os catadores pagando uma mixaria pelo trabalho dos catadores, ao manipularem os preços dos materiais recicláveis à sua vontade.

Essas lamentáveis manipulações de preços acabam desestimulando a reciclagem, fazendo com que os materiais descartados tenham um destino outro que não a sua reciclagem. E é dessa forma que vemos materiais recicláveis cada vez mais sendo considerados como lixo, e tendo seu destino nas ruas e nos logradouros públicos de nossas cidades.

Em síntese, as estratégias que as empresas estão adotando para que os catadores paguem pela crise são as práticas de arrocho de preços através da formação e fortalecimento dos Cartéis que operam no ramo da reciclagem de materiais. Além disso, a atuação desses cartéis possibilita o acesso a recursos públicos que saem do bolso de todos nós, para que os governos liberem mais crédito ou que simplesmente as subsidiem. Ou seja, querem que o Estado remunere essas empresas pelo trabalho que os catadores fazem há mais de sessenta anos de forma super explorada por atravessadores.

O que os catadores podem fazer frente a essas estratégias dominantes?

Como forma de voltar a estimular a destinação correta dos materiais recicláveis e impedir que os mesmos fiquem entulhando nossas cidades é preciso fazer com que os empresários paguem o valor real de nossos materiais recicláveis. Senão, os catadores devem fazer com que os governos subvencionem os preços dos materiais recicláveis praticados pelos catadores organizados em suas associações e cooperativas, até que o valor real dos materiais seja restabelecido no mercado.

Além disso, é necessário manter firme nossa luta para que os catadores, e não as empresas, sejam remunerados pelos serviços que prestam de coleta seletiva às suas cidades.

Editorial:

Catador é profissão, catador não tem patrão!

Resposta à reportagem de Revista Reciclagem Moderna

Foi publicada no mês de março, na Revista Reciclagem Moderna, uma revista voltada para o mercado de sucatas e comerciantes dessa área, a reportagem de capa intitulada "Cooperativas versus comerciantes de recicláveis, uma luta justa?".

A matéria induz à ideia de que haja uma disputa entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis e os comerciantes de sucatas mas, no entanto, a afirmação, na opinião do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), não é verdadeira, por um motivo simples: esses dois setores – catadores e comerciantes - caracterizam mercados e atividades distintas.

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço público à sociedade; estão constituídas legalmente enquanto organizações civis sem fins lucrativos, portanto, seu fim último não é o lucro, como é o caso das empresas de comercialização de materiais. Trabalham com a finalidade de prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente. Essa distinção evidencia que não há competição, pois a lógica de funcionamento é distinta, uma vez que as organizações de catadores trabalham hoje, além da coleta propriamente dita, também a educação ambiental, o que inclui o esforço para diminuição da geração de resíduos na natureza.

A coleta porta a porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à atividade de catação e à função do catador, como trabalhador e agente ambiental.

Apesar de não haver uma competição entre os dois ramos, é evidente que há um conflito de interesses, algo que explica o fato da Revista atacar as cooperativas de catadores, pois procuram organizar-se no sentido de eliminar os atravessadores que pagam baixos preços pelo material coletado e vender diretamente às empresas especializadas e à indústria de reciclagem.

Esse tipo de estratégia diminui o lucro aos atravessadores, contudo, não chega a ameaçar a atividade desses comerciantes, pois o número de organizações de catadores ainda é pequeno.

O mercado da reciclagem trabalha hoje, no Brasil, com o que chamamos de cadeia produtiva suja, ou seja, uma cadeia que é sustentada pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício, vendendo materiais recicláveis para ferros velhos de pequeno, médio e até grande porte, em redes de comércio de sucata.

Além do trabalho precarizado, há casos de trabalhos análogos a escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. Situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que, no Brasil, ainda é mantido pela exploração desses trabalhadores.

A alternativa a essa situação insustentável é o incentivo a autoorganização autônoma dos catadores, por meio de cooperativas e associações que procuram especializar esses trabalhadores e dar regularidade à atividade de catação.

Como qualquer setor produtivo que abastece a indústria brasileira, as organizações de catadores precisam de infraestrutura para tornar o trabalho regular e de qualidade, além de aumentar a capacidade de processamento de resíduos agregando novos catadores, formalizando novos postos de trabalho no país.

Já está mais que comprovada a capacidade das cooperativas e associações de catadores em gerar trabalho e renda, combinando a inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal com políticas públicas de preservação do meio ambiente. São estudos acadêmicos e pesquisas socioeconômicas que têm mostrado a eficiência dessas organizações, frente à problemática da geração de resíduos nas grandes cidades, assim como alternativa contra a criação de lixões a céu aberto e superlotação de aterros sanitários.

Foto da exposição "Catadores de Sonhos" do o fotógrafo Paulo Giandalia

A reportagem da Revista denuncia a destinação de R$ 31 milhões anuais para subsidiar as 15 cooperativas de São Paulo, no entanto, não cita que em toda a cidade de São Paulo existem 94 grupos de catadores em atividade que realizam o trabalho de coleta sem subsidio público e de modo precário.

O dinheiro investido nas 15 centrais de triagem possibilita o desvio de resíduos recicláveis para os aterros sanitários, evitando a superlotação e a criação de novos aterros. O investimento municipal é a contrapartida de financiamento do programa de coleta seletiva que, no entanto, não consegue atender toda a cidade de São Paulo.

O investimento público do BNDES visa financiar infraestrutura para cooperativas de catadores, diferente do recurso municipal que é utilizado para manutenção das instalações das centrais municipais de triagem. A reportagem não relata o fato da prefeitura de São Paulo pagar também os caminhões de empresas privadas para realizar a coleta, uma grande economia poderia ser feita apenas com a compra de caminhões para essas organizações.

Um número relativo de iniciativas em andamento visa apoiar o trabalho realizado pelas cooperativas, no entanto, essas ações ainda não são suficientes para manter a estabilidade e melhorar, de modo amplo, a situação dos catadores. É por esse motivo que o MNCR iniciou, sim, uma campanha coordenada nacionalmente no sentido de que as prefeituras contratem as organizações de catadores e paguem pelos serviços que elas prestam à sociedade de forma gratuita.

Em diversas cidades já conquistamos esse direito, onde os serviços de coleta seletiva são modelos nacionais, enquanto iniciativas bem sucedidas.

Para finalizar, referente às perguntas provocativas da revista, pontuamos que, assim como os catadores, diversos comerciantes de sucata abandonaram suas funções e faliram com os efeitos da crise econômica. Curiosamente, foram exatamente as organizações que receberam investimentos em infraestrutura ou que têm parceria com prefeituras que demonstraram maior disposição em enfrentar a crise sem a ameaça de interrupção das atividades. Por essa razão que acreditamos fielmente na autogestão dos catadores como única saída para tornar o trabalho digno e sustentável; só assim será possível gerar trabalho e renda, fazer inclusão social de fato, abastecer a cadeia produtiva de recicláveis de maneira justa, preservar o meio ambiente e combater a exploração.

Comissão Nacional do MNCR

Expediente

Textos/Redação: Renata Bessi
Jornalista responsável: Davi Amorim Mtb. 48.215/SP
Fotográfias: Arquivo MNCR
Produção e diagramação: Setor de comunicação MNCR
Revisão: Janaína Behling
Tiragem: 50 mil exemplares
Entre em contato: e-mail: contato@mncr.org.br
Sede Nacional MNCR - rua Vegueiro, 2.551 Vila Mariana, São Paulo - SP CEP 04101-200
(11) 3399-3475 / 3341-0964 e-mail: secretarianacional@mncr.org.br

www.mncr.org.br

Esta publicação foi produzida no âmbito do projeto 914BRA3026 - Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza - em cooperação com a UNESCO

De Catador para Catador *é um veículo do MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, uma produção do setor de comunicação do MNCR e do conselho editorial formado por catadores das cinco regiões do país.*

cooperação:

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil

execução:

PANGEA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

Iniciativa e direção:

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
MNCR

realização:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste jornal, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste jornal não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Queremos ser pagos pelos serviços prestados!

Como diz o ditado, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. Foi o que observaram os catadores e catadoras de todo o Brasil com a chegada de uma crise financeira internacional que causou uma grande queda nos preços dos materiais recicláveis. Em todo o Brasil os preços caíram cerca de 62%, mas principalmente os papeis (papel branco, papelão) tiveram as maiores baixas e tem provocado incertezas com relação ao futuro de muitas organizações. Muitas cooperativas estão a beira da falência.

"A situação está crítica, e todos os estados passam por problemas, principalmente os do Nordeste, que estão com maior quantidade de material parado. Nossa renda caiu vertiginosamente e até as cooperativas estão com dificuldades para pagar o custo operacional, após uma queda de 25% em suas receitas", afirmou coordenador nacional do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano.

É nesse momento de crise que o MNCR aprofunda a reflexão sobre a sustentabilidade das organizações. Matilde Ramos, representante do MNCR no Estado de São Paulo, observou em sua região que muitas organizações têm visto catadores deixaram a organização. "Aqui o papel está custando 5 centavos, antes vendíamos a 27 centavos. O PET caiu de R$ 1,20 para R$ 0,35", relata. "Todas as organizações estão com problemas, a única que está melhor é a Coocassis (Assis), pois recebe do município pelos serviços prestados", explica.

Bandeira histórica de luta do MNCR, a cobrança pelos serviços que os catadores realizam aos municípios tem se mostrado uma necessidade tática em momentos de crise como a que estamos vivendo.

"Estamos exigindo providências, mas não queremos essa coisa de cestas básicas não. Vamos convocar os Prefeitos para cobras a contratação das organizações de catadores e o pagamento pelos serviços prestados" explica Gilberto Warley , representante do MNCR em Minas Gerais que relata que os Comitês em todo o Estado têm se mobilizado para uma Ato com milhares de catadores cobrando o pagamento pelos serviços de coleta.

A campanha pelo reconhecimento do trabalho de limpeza pública e proteção do meio ambiente desenvolvido pelas cooperativas e associações deve ser desenvolvida em todo o Brasil durante o ano.

Coleta porta a porta nos bairros contam com o apoio da população

Graças a articulações do MNCR, uma alteração na lei 11.445, que trata do Plano Nacional de Saneamento, possibilita a contratação de cooperativas e associações de catadores pelas Prefeituras sem a necessidade de licitação. "Prefeituras, estados e governo federal precisam aproveitar essa lei e contratar mais o serviço de cooperativas e associações, se desejam evitar uma crise ainda maior de desemprego", completou o coordenador do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano.

Contudo, o MNCR defende outras ações a serem implementadas para estabilizar o mercado de reciclagem no país. Luiz Henrique da Silva, coordenador Nacional no Estado de Minas Gerais, defende que "Do mesmo jeito que as empresas recebem incentivos fiscais e econômicos dos governos federal, estadual e municipal, nós também queremos ajuda. Até porque são as cooperativas as verdadeiras geradoras de emprego. Estimamos que haja cerca de 800 mil catadores de material reciclável no país. A absoluta maioria não tem estabilidade e é responsável por 90% do processo de reciclagem. No entanto, pelos cálculos do movimento, recebemos apenas 10% do lucro resultante desse tipo de comércio", explica Luiz Henrique.

Lei oferece instrumento para o catador enfrentar a crise

Cooperados de Orlândia durante assinatura do contrato

Os catadores de todo o Brasil vêm sentindo o peso que a crise econômica mundial imprime nos ganhos de seu trabalho. A redução de rendimento do catador chega a 60% do valor que arrecadava antes da crise. Mas o que muito trabalhador não sabe é que existe um instrumento que pode ajudar as cooperativas a driblar esta situação. Trata-se da Lei Nacional de Saneamento que permite à cooperativa de catador ser contratada pelo poder público municipal sem precisar passar por licitação.

Para o presidente da Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Orlândia, interior de São Paulo, Anderson da Silva Nassif, a lei é um reconhecimento de que o trabalho do catador, no mínimo, se equipara ao trabalho das grandes empresas de reciclagem. "É uma conquista do Movimento Nacional dos Catadores. Ela desburocratiza a contratação da cooperativa", afirma o coordenador da cooperativa, que possui convênio com a Prefeitura de Orlândia sem ter passado por licitação.

A lei oferece, segundo ele, condições para que as cooperativas se fortaleçam para lidar com as empresas do ramo da reciclagem, cuja estratégia é transferir o ônus da crise ao catador. "As empresas estão arrojando o valor do material pago ao catador para que seus próprios lucros não diminuam. O trabalhador unido na cooperativa passa a receber pelo seu trabalho e não apenas pelo material que coleta, por isso se fortalece".

Nassif alerta para o fato de que a iniciativa para a concretização do convênio tem que partir dos catadores. "Não podemos esperar que o poder público venha propor parceria com a gente. Temos que ir até eles", afirma. E sugere, "temos que conhecer bem o que diz a lei, além disso, as cooperativas devem estar legalmente constituídas".

A partir daí, afirma Nassif, os catadores devem procurar o poder público, mostrar o trabalho que fazem e iniciar conversas e negociações. "Muitas vezes a prefeitura não sabe que existe esta lei. Então o catador tem que informar", afirma.

Nassif admite que, na concorrência de uma licitação, as cooperativas se tornavam frágeis diante da estrutura das empresas. Mas contrapõe, dizendo que não há fragilidade nenhuma no momento de trabalhar na coleta seletiva. "Não é o poder econômico que vai ditar o sucesso da coleta, mas o modo como ela é feita".

Como exemplo cita a conscientização ambiental que é promovida pelas cooperativas junto à comunidade. "Este é um dos fatores principais para o sucesso da coleta seletiva. Não adianta ter dez caminhões para recolher material, se não há conscientização. Simplesmente, porque se as pessoas não se mobilizam não haverá material para recolher; E as empresas não estão interessadas em promover educação ambiental."

O ônus para o poder público, ao dar preferência às cooperativas, acaba sendo menor. Uma empresa de coleta cobra em média R$ 300 a R$ 400 por tonelada de material coletado por mês. A cooperativa de Orlândia, por exemplo, cobra R$ 50. "Este valor poderia ser um pouco melhor para nós, mas nunca chegaria ao valor cobrado pelas empresas".

Isso porque a lógica que comanda uma cooperativa não é a do lucro. A lógica é que o trabalho gere, além da consciência ambiental, a melhoria na vida do catador que geralmente vem de condições de pobreza. "Com o trabalho estruturado em cooperativas, a vida do catador melhora, não precisa catar em lixão, longe da cidade e sem higiene, ou rasgar saquinho na rua para separar lixo, praticamente abandonado e sofrendo preconceito. Nas cooperativas, as condições de trabalho são dignas", complementa.

Política pública precisa contemplar a categoria

Está em tramitação no Congresso Nacional, em caráter de urgência, o projeto de lei 1991 de 2007, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. A lei pretende regulamentar a geração de resíduos na natureza e responsabilizar os geradores pelas mercadorias pós consumo. São cerca de 15 anos de discussão do Projeto Lei, sem que nada tenha avançado para a finalização do texto e a aprovação no Congresso Nacional.

A expectativa de ambientalistas e membros da sociedade organizada é que com uma lei federal as empresas produtoras de resíduos sejam responsabilizadas definitivamente pelo lixo que produzem.

O MNCR vem acompanhando esse processo desde o começo, lutando para que os catadores de materiais recicláveis sejam incluídos nessa lei e possam ter seu trabalho reconhecido e garantido.

Em Agosto de 2008, período em que tramitava o PL 1.991, que Governo Federal enviou ao congresso, o MNCR organizou um Seminário na cidade de São Paulo com o propósito de discutir o novo texto. Participaram do Seminário, como palestrantes, Lisa Gunn, representante do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Ana Lúcia Brasil, da Associação Brasileira de Engenheiros Sanitaristas (ABES), Elizabeth Grimberg, do Instituto Polis, e Eduardo Ferreira de Paula, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Na ocasião, todos os debatedores concordaram que o Projeto Lei possui deficiências sérias, pois não estabelece regras claras com relação ao controle social da população quanto à gestão dos resíduos. Essa participação da sociedade se daria pela formação de conselhos gestores, algo não previsto no texto do PL.

No entanto, a maior preocupação do MNCR naquele momento era com relação ao funcionamento do conceito de logísticas reversas, que obrigam os produtores de resíduos a recolher as embalagens pós consumo, aplicando aquilo que chamam de cadeia produtiva fechada, na qual a indústria controla todo o processo, desde a produção até a reciclagem das embalagens. Esse processo pode excluir os catadores, caso não esteja estabelecida, na lei, a participação direta das organizações de catadores no processo de coleta desses resíduos.

Durante o Seminário foram redigidas propostas de emendas no projeto lei que serão encaminhadas para um Grupo de Trabalho sobre resíduos formando no Congresso Nacional, responsável pelas audiências públicas que discutem o PL em todo o Brasil, coordenado pelo Deputado Arnaldo Jardim.

Recentemente, o MNCR teve acesso a um novo texto do PL e foi tema de debates na cidade de São Paulo no mês de julho de 2009.

A nova versão do projeto inclui algumas reivindicações do MNCR formuladas durante o Seminário realizado em agosto de 2008, pelo movimento, e a avaliação do MNCR contempla mais a categoria que as versões anteriores.

No entanto, ainda há pontos que não são claros e que precisam ser melhor formulados, principalmente com relação à logística reversa que ficou restrita apenas aos produtos perigosos.

Outros materiais, como embalagens, só entrariam nas obrigatoriedades da logística reversa se possuíssem "condições técnicas" para isso.

Catadores precisam estar nas ruas e ocupar seu espaço nas cidades

"Há um conceito que nós discutimos no Brasil inteiro, mas que nós não vemos no projeto lei, e isso nos gera uma preocupação. Nós chamamos a coleta seletiva de coleta seletiva solidária, que trás a questão da incorporação de pessoas que trabalham com isso. As coletas seletivas que vemos por ai são as coletas em que a empresa X faz tudo para que os catadores fiquem em um galpão, não podendo sair, de modo que a coleta fica sendo da empresa e não do catador. Dessa forma, propomos introduzir no texto a coleta seletiva solidária. Sabemos que as coisas não são tão simples, mas vamos lutar para isso" declarou Roberto Laureano, representante do MNCR, durante a apresentação.

A ambientalista Nina Orlow, do Fórum de Agendas 21, falou da importância da ação socioambiental da coleta seletiva em relação à inclusão social das catadoras e catadores. Nina ressaltou que a agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que se constitui em uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Falou, ainda, das ações desenvolvidas pela Agenda 21 e dos diversos parceiros na cidade, juntamente com o MNCR para ampliar o sistema de coleta seletiva na cidade de São Paulo. Finalmente, Orlow falou sobre as dificuldades encontradas diante do poder público municipal.

Presente no debate, o Deputado Federal Paulo Teixeira, concorda que é preciso fortalecer ainda mais o papel dos catadores na proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como, garantir a participação dos mesmos na implementação das políticas municipais de resíduos sólidos, por meio da criação de conselhos municipais.

O MNCR planeja pressionar o Congresso e o Governo para que a lei seja aprovada com as alterações pertinentes à categoria, garantindo que o catador possa participar cada vez mais da cadeia produtiva e melhorar as condições de vida de suas famílias.

Catadores reivindicam aposentadoria para fortalecer categoria

Trabalho pesado prejudica a saúde do catador

Os catadores exercem, há pelo menos meio século, a função do poder público de dar destino socialmente sustentável aos resíduos sólidos, descartados em quantidades cada vez maiores pela sociedade de consumo. Diante de tal atividade, muitas vezes insalubre e que exige esforços exagerados, o catador organizado reivindica o direito à Previdência Social, historicamente negado, mas previsto pela Constituição de 1988.

A proposta, em forma de Projeto de Lei, foi entregue diretamente aos representantes do Ministério da Previdência Social e aos deputados ligados a projetos de caráter social, durante 8ª edição do Festival Lixo e Cidadania, que aconteceu no final de setembro, em Belo Horizonte (MG).

A proteção previdenciária é uma das principais reivindicações dos catadores, em razão dos riscos da atividade, como cortes, fraturas e acidentes de trabalho. Na atual situação, os catadores não têm perspectivas em relação ao afastamento do trabalho por doença nem à aposentadoria, seja por invalidez ou por idade.

Em 2002, os catadores tiveram a atividade reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A atividade entrou para a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), o que deu ao catador a possibilidade de ser um contribuinte individual autônomo, com a alíquota de 20% sob o salário de contribuição. Mas, o valor exigido inviabiliza o acesso à Previdência, justamente por ser uma categoria historicamente excluída, recebendo hoje cerca de 140 reais mensais na média nacional.

Os catadores reivindicam alterações no artigo 12, da Lei nº 8.212/91, e no artigo 55, da Lei nº 8213/91, para que se leve em consideração o tempo de serviço dos catadores, independentemente de contribuição, e o direito à aposentadoria especial.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis luta pela proteção previdenciária como forma de viabilizar e fortalecer a atividade da catação. No Brasil, existem casos de resgate de categorias, como dos trabalhadores rurais e empregadas domésticas, que tiveram sua importância reconhecida e foram incluídos em regimes previdenciários.

De acordo com o projeto entregue às autoridades, a importância do fortalecimento dos catadores está no fato de nenhum programa social, governamental ou da iniciativa privada alcançar, de forma simultânea, um número tão expressivo de pessoas, impactando setores econômicos, sociais e ambientais do país como fazem os catadores de material reciclável.